

INVESTIGAÇÃO SOBRE AS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Érica Toledo de Souza

Graduada em Ciências Biológicas pela Faculdade Redentor-RJ
Aluna da Pós-Graduação em Saúde, Meio Ambiente e Segurança do ISECENSA
starerica@hotmail.com

Rosa Maria Cordeiro Wekid Castello Branco

Especialista em Educação Ambiental pelo IBAMA
Prof^a do Curso de Pós-Graduação em Saúde, Meio Ambiente e Segurança do ISECENSA
rwekid@globo.com

Giane Chaves Kristosch

Dr^a em Zoologia pela UNESP-Rio Claro-SP
Prof^a do Curso de Pós-Graduação em Saúde, Meio Ambiente e Segurança do ISECENSA
gianeck@gmail.com

Resumo

O presente estudo tem como objeto de análise algumas ações e projetos de educação ambiental implementados no município de Campos dos Goytacazes, com o objetivo de difundir os princípios básicos da educação ambiental e promover a reflexão e a conscientização de papéis, funções e responsabilidades dos indivíduos com as questões ambientais. Também pretende-se destacar projetos de Educação Ambiental desenvolvidos no município de Campos dos Goytacazes, apresentar a área do Parque Municipal do Taquaruçu para efetivação de práticas interdisciplinares em conexão com a educação ambiental. A pesquisa foi realizada através da Internet, principalmente junto aos endereços eletrônicos da Prefeitura de Campos dos Goytacazes e do Ministério de Meio Ambiente. Durante este trabalho foram realizadas entrevistas com profissionais na área de educação ambiental e uma visita ao Parque Natural Municipal do Taquaruçu para avaliar seu potencial como local para o exercício de práticas em educação ambiental. O trabalho contextualiza as práticas de educação ambiental formal do município de Campos dos Goytacazes e se este, está desempenhando o papel informal, dando à população a oportunidade de participar e partilhar as responsabilidades nos projetos ambientais da cidade e nas transformações do meio urbano. Conclui-se deixando em aberto a reflexão e a busca de soluções para os problemas apresentados.

Palavras-chave: Educação ambiental; interdisciplinaridade; unidades de conservação

Abstract

This study is a subject of some actions and the analysis of environmental education projects implemented in the municipal district of Campos dos Goytacazes, in order to disseminate the basic principles of environmental education and promote reflection and awareness of functions and responsibilities of individuals with environmental issues. It is also to highlight our projects for Environmental Education developed in the city of Campos dos Goytacazes, make the area of Natural Park Hall Taquaruçu for execution of interdisciplinary practices in connection with environmental education. The survey was conducted via the Internet, especially with the email addresses of the Prefecture of Campos dos Goytacazes and the Ministry of Environment. During this work were conducted interviews with professionals in the area of environmental education and a visit to the Natural Park Hall of Taquaruçu to evaluate its potential as a place for the exercise of practices in environmental education. The background work practices of formal environmental education of the city of Campos and if it is playing the role informal, giving people the opportunity to participate and share responsibilities in environmental projects in the city and change in urban areas. It is leaving open the debate and finding solutions to the problems presented.

Keywords: Environmental education; interdisciplinarity; conservation units.

Introdução

A educação ambiental (EA) busca incentivar as pessoas a se interessarem pelos problemas ambientais, políticos, sócio-econômicos e culturais, não somente sensibilizando, mas modificando atitudes e proporcionando novos conhecimentos e critérios (LOPES, 2004). Nesse sentido, a EA pretende sensibilizar alunos e professores para uma participação mais consciente no contexto da sociedade, questionando comportamentos, atitudes e valores, além de propor novas práticas. O papel dos educadores e professores é essencial para impulsionar as transformações de uma educação que assume um compromisso com a formação de uma visão crítica, de valores e de uma ética para a construção de uma sociedade ambientalmente sustentável (JACOBI, 2005).

A educação ambiental deve procurar fornecer instrumentos para iniciar discussões e ações concretas em relação às questões ambientais, sobretudo no âmbito das escolas de educação básica, de modo a ter uma população, pelo menos no futuro, consciente e preparada para os problemas relativos ao ambiente. Apesar das dificuldades, é importante que propostas de educação ambiental junto às escolas sejam incentivadas e executadas (ALMEIDA *et al.*, 2004).

Deve proporcionar um incentivo para os indivíduos participarem ativamente da resolução de problemas no seu contexto de realidade específica. “Os cidadãos do mundo atuando em suas comunidades”, é a proposta traduzida na frase muito usada nos meios ambientalistas: “Pensamento global e ação local”. A educação ambiental não resolverá os complexos problemas ambientais planetários. No entanto, pode influir decisivamente para isso, quando forma cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres (LOPES, 2004).

É fundamental que a participação dos grupos sociais seja efetivada, de modo que seja capaz de perceber os problemas existentes em determinada realidade, elucidar suas causas e determinar os meios de resolvê-los. Apenas desse modo os cidadãos estarão em condições de participar na definição coletiva de atividades e estratégias que visem à melhoria da qualidade do meio em que vivem.

Nos últimos anos, houve uma conscientização gradual, em âmbito mundial e individual, do papel da educação em compreender, prevenir e resolver problemas ambientais e tem suas raízes em fatores sociais, econômicos e culturais que não podem, portanto, serem previstos e resolvidos por meios puramente tecnológicos (LOPES, 2004).

O objetivo principal deste estudo é difundir os princípios básicos da educação ambiental e promover a reflexão e a conscientização de papéis, funções e responsabilidades dos indivíduos com as questões ambientais presentes no cotidiano. Visa ainda, informar a importância da educação ambiental no planejamento de ensino formal e não formal; propor sugestões pertinentes às práticas de educação ambiental que possam ser trabalhadas de modo interdisciplinar; proporcionar a comunidade o conhecimento sobre as áreas protegidas existentes no município de Campos dos Goytacazes, que permitam a visita para fins educativos e turísticos, tal como o Parque Municipal do Taquaruçu; apresentar a área do Parque Municipal do Taquaruçu para efetivação de práticas interdisciplinares em conexão com a educação ambiental e, por fim, destacar projetos de educação ambiental desenvolvidos no município de Campos dos Goytacazes.

Materiais e métodos

A metodologia utilizada neste trabalho foi exploratória. A pesquisa foi realizada através da Internet, principalmente junto aos endereços eletrônicos da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes e do Ministério de Meio Ambiente. Além dessas, pesquisas no google-scholar foram realizadas, no intuito de adquirir artigos científicos e pesquisa de campo junto às bibliotecas da UENF e do ISECENSA.

Durante este trabalho foram realizadas atividades práticas, entre as quais entrevistas com profissionais na área de educação e uma visita ao Parque Natural Municipal do Taquaruçu para avaliar seu potencial como local para o exercício de práticas em educação ambiental.

Resultados e discussão

Educação ambiental no Município de Campos dos Goytacazes

GRAMSCI *apud* CARVALHO (2001), considera a sociedade civil como sede da superestrutura, ou seja, onde nasce à idéia de uma nova ordem, um novo modelo. Partindo deste pressuposto, o Estado e a sociedade civil devem ser encarregados de provocarem uma nova estrutura, na qual haja transformações capazes de mudarem uma ordem. Com isso, o Estado, as federações, os municípios, devem ser encarregados de criarem políticas públicas que aja em vários campos, entre esses o da Educação Ambiental.

O município de Campos dos Goytacazes vem trabalhando a educação ambiental com a ajuda de diferentes instituições comprometidas em promover a conscientização e principalmente a integração da população utilizando para isso diferentes métodos de trabalho. As atividades estão sendo atualmente desenvolvidas principalmente nas instituições de ensino, desde as que atuam nos 1º e 2º graus, como nas de nível superior, abrangendo diferentes cursos de graduação e pós-graduação. Os atores das atividades são os educadores, que buscam incentivar os alunos a adotar práticas mais conscientes relacionadas aos problemas ambientais, políticos e sócio-culturais. A Prefeitura de Campos, por meio das Secretarias de Meio Ambiente e Defesa Civil e de Educação, tem buscado esforços para o desenvolvimento de programas de educação ambiental nas escolas e comunidades municipais, interagindo sempre com os órgãos ambientais estaduais e federais.

Além dos programas da prefeitura, algumas ONGs agenciam programações em escolas aumentando o número de projetos desenvolvidos na cidade.

A ONG chamada Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza (CNFCN) tem atuado desde o ano de 1996, e tem por meta conscientizar o maior número possível de estudantes, profissionais de ensino e a comunidade sobre as questões ambientais. A ONG IGESA (Instituto Goitacá de Estudos Sócio-Ambientais) atua desde 2005 e tem por objetivos atuar como elo de ligação entre a comunidade, universidade e poder público e defender e proteger o meio ambiente e recursos naturais, promovendo a preservação das áreas ecologicamente importantes, conservando a biodiversidade e estimulando a criação de unidades de conservação (www.igesa.org.br, acessado em 23 de maio 2008).

O projeto de extensão da UENF “Integração sócio-espacial, qualidade de vida e cidadania em Campos dos Goytacazes”, que teve início em 2004, a partir do desdobramento do projeto Integração Favela-Bairro, tem trabalhado em três comunidades carentes do Matadouro e Goiabal com educação ambiental e cidadania. Segundo a coordenadora do programa, a professora Teresa Peixoto Faria, do Laboratório de Estudo do Espaço Antrópico (LEEA) do Centro de Ciências do Homem (CCH/ UENF), o principal objetivo é implementar ações que permitam melhorar as condições materiais, ambientais e de vida da população de favelas e bairros periféricos, buscando alcançar maior integração (social e espacial) com a cidade, com o intuito de preservar as condições de qualidade de vida e de sustentabilidade ambiental e promover uma maior participação cidadã (www.uenf.br, acessado em 22 de maio de 2008). A coordenadora acrescentou que os resultados só podem ser percebidos a médio ou longo prazo, e já é possível notar algumas mudanças comportamentais nos alunos que participam do projeto.

A seguir, serão citados alguns trabalhos com fins educativos que foram desenvolvidos no município de Campos dos Goytacazes a partir de 2002.

A prefeitura de Campos através da Secretaria de Meio Ambiente e Defesa Civil desenvolveu em 2002 um programa de educação ambiental em diversos bairros, funcionando em parcerias com as associações de moradores e escolas da rede pública e privada. Além deste projeto, há também, o Programa Adoção de Árvores. Este projeto visa o plantio de espécies nativas e nobres em áreas estratégicas e em quintais. O projeto busca alcançar o maior número de conscientização possível, trazendo à tona a importância do replantio para a manutenção do ecossistema local, há tempos destruído. Alguns alunos são levados para áreas desmatadas e aprendem na prática os efeitos causados pelo desmatamento, as causas da degradação ambiental, o contexto histórico inseridos, e os mesmos, plantam espécies nativas concernentes à Mata Atlântica.

Outro projeto desenvolvido foi o “Germinando Cidadania”, o qual contou com palestras e passeios a pontos ecológicos como Lagoa de Cima, Imbé e Mangue do Farol de São Thomé. Através do projeto, a secretaria de Meio Ambiente planejou uma agenda de visitas e reuniões nas unidades escolares das redes públicas e particulares de ensino. Segundo a encarregada do programa de educação ambiental, Silvana Souza Helena, foi realizado palestra e passeio ecológico a Lagoa de Cima junto aos mais de 40 estudantes da Escola Municipal Helena Machado, que é situada após a Usina de Santa Cruz. Foi realizada também uma visita ao Espaço da Ciência da Uenf (atualmente desativado) com os alunos do Ciep da Lapa. Silvana observou que antes dos passeios a equipe de educação ambiental realiza palestras sobre o tema “Meio Ambiente e Cidadania” e também transmite informações sobre a importância da natureza através da entrega de folders educativos e de vídeos (<http://www.campos.rj.gov.br/noticia.php?id=549>).

Neste mesmo período, foi criado o Centro de Educação Ambiental (CEA) a fim de que a população tivesse acesso à biblioteca, sala de jornais e revistas, salas de computadores (núcleo do projeto “Navegar é Preciso”), palestras e oficinas de reciclagem. O centro conta com uma equipe de apoio, instrutores e multiplicadores ambientais, tem como objetivo qualificar os atendidos e propiciar noções sobre a importância do meio ambiente.

O Centro de Educação Ambiental (CEA) da Secretaria Municipal de Meio Ambiente promove encontros no laboratório de Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) para deficientes visuais e outros alunos da rede municipal de ensino. A visita conta com a visualização e tato em animais empalhados como: preguiça, arara, pele de pirarucu, ossadas de mamíferos, dentre outros. O Centro desenvolve também o projeto Aulas no Campo, com a parceria entre as Secretarias de Educação e Meio Ambiente com a Petrobrás e o Núcleo de Pesquisas da UFRJ, realizando visitas aos ecossistemas do município como: bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, restingas, área de tabuleiro, lagoas, Mata Atlântica no Imbé, e ainda presenciando os conflitos urbanos do lixão instalado no bairro Codin, em Guarus.

Alguns projetos têm participação de entidades não governamentais, como é o caso do projeto Pólen (Pólos Educativos do Norte Fluminense), projeto patrocinado pela Petrobrás com intuito de treinar profissionais ligados à educação, capacitando-os para melhor desenvolverem o trabalho sobre educação ambiental em suas escolas, comunidades, municípios. Este projeto engloba 13 municípios litorâneos, como: Araruama, Saquarema, São Francisco do Itabapoana, Rio das Ostras, Campos dos Goytacazes, Macaé, Cabo Frio, São João da Barra, Arraial do Cabo, Casimiro de Abreu, Armação de Búzios, Quissamã e Carapebus. Estes projetos são patrocinados pela Petrobrás, porque esta empresa é obrigada pela legislação a dar uma compensação ambiental aos municípios que estão nas áreas em que a empresa atinge direta e indiretamente. Faz parte do processo de Licenciamento Ambiental de exploração de petróleo na Bacia de Campos. A Petrobrás cumpre as exigências do IBAMA que é o órgão licenciador, elaborando projetos segundo as diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

Em se tratando de projetos ambientais, a ex-Secretária Municipal de Educação, Maria Auxiliadora Freitas, assinou dia 01 de abril de 2008, o Protocolo de Ações, parceria entre Prefeitura de Campos, Petrobrás e o Centro Norte Fluminense para a Conservação da Natureza (CNFCN). A parceria vai colocar em prática o projeto dos Núcleos de Educação Ambiental (Neas), o qual irá funcionar em 14 municípios da região sudeste. Aristides Soffiati e o representante da Petrobrás, o consultor de Meio Ambiente, Márcio Consentino Filho, expressaram a satisfação da assinatura do protocolo, uma vez que o projeto estava parado há oito meses na Procuradoria. (<http://www.campos.rj.gov.br/noticia.php?id=14009>)

Segundo Aristides Augusto Soffiati, diretor do Centro Norte Fluminense para a Conservação da Natureza (CNFCN), o projeto tem como objetivo criar eco-cidadania no município de Campos, promovendo cidadãos conscientes e responsáveis pela qualidade de vida da comunidade em volta. O projeto funcionará em Campos com uma escola núcleo, no Farol de São Thomé, por conta do ecossistema que existe em volta.

Os projetos desenvolvidos na cidade de Campos dos Goytacazes são exemplos de que pode haver maneiras, através de ações, de multiplicar a idéia de preservação ambiental, sendo a educação ambiental um dos caminhos para que os cidadãos, desde os pequenos nas escolas até seus pais e vizinhos, sejam atores na proteção e conscientização ambiental e seus valores sociais.

Perspectivas do Parque Natural Municipal do Taquaruçu como espaço para o desenvolvimento de práticas em educação ambiental

A utilização de espaços naturais para a realização de práticas de educação ambiental precisam ser efetivadas de forma contínua no município de Campos dos Goytacazes, principalmente para que os professores tenham oportunidades de trabalhar diferentes contextos de forma interdisciplinar e de forma contínua. Pois, de acordo com um dos pressupostos básicos durante a formulação dos programas de EA, deve-se levar em conta o monitoramento como medida de avaliação no processo de transformação esperado durante as práticas educativas.

Iniciativas em educação ambiental podem trazer soluções para alguns problemas relativos ao meio ambiente e dessa forma amenizar os prejuízos causados pelo homem. Todavia, a utilização não só de áreas de proteção ambiental, mas de praças e jardins públicos pode ser uma eficiente estratégia para a ocupação desses espaços com o objetivo de relacioná-los com os acontecimentos sócio-culturais do local e utilizá-los como espaços educativos para a população e para os estudantes. Portanto, os aspectos históricos e ambientais que permeiam a origem e o desenvolvimento das cidades podem ser utilizados como instrumentos para a conscientização, de modo que aproximam os cidadãos dos problemas ambientais, sociais, políticos e econômicos do local (ALMEIDA *et al.*, 2004).

De acordo com LAYRARGUES (1999), a promoção de educação ambiental, por meio de resolução de problemas locais, carrega um valor altamente positivo, pois foge da tendência desmobilizadora da percepção de problemas globais, distantes da realidade local, e parte do princípio de que é indispensável que o cidadão participe da organização e gestão de seu ambiente e objetivos de vida cotidiana.

Segundo a Lei Federal n. 9795 de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, o Poder Público em níveis federal, estadual e municipal deverá incentivar a ampla participação das empresas públicas e privadas em parcerias com a escola, bem como as organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental.

De acordo com o Plano Diretor do Município de Campos, Lei 7.972, de 10 de dezembro de 2007, diz:

“As áreas de Preservação Natural e Cultural compreendem áreas que merecem ser preservadas, conservadas ou recuperados os recursos naturais assim como os bens de valor histórico, salvaguardando seus valores culturais e paisagísticos para as gerações presentes e futuras, abrangendo dentre outras Unidades de Conservação: a APA da Lagoa do Taquaruçu – envolvendo a lagoa e os fragmentos florestais denominados Mata de Angra e Mata do Bom Jesus e o atual Parque Municipal do Taquaruçu” .

O Parque Natural Municipal de Taquaruçu (PNMT - Figura 1) tem uma boa vocação como lugar para desfrutar da natureza, para fazer trilhas ecológicas com fins educativos, ecoturismo, pesquisa, e projetos que visem o manejo de seus recursos, de modo a preservar todo o ecossistema. Estas características foram suportadas pelo Plano Diretor do município de Campos dos Goytacazes, elaborado em 2007, o qual definiu que a área do parque é de posse e domínio público, destinada à visitação pública e ao lazer em contato com a natureza.



Figura 1-Trilha na Mata de Bom Jesus (PNMT)

Segundo COSTA & COSTA (2005), a educação ambiental em áreas protegidas ou Unidades de Conservação deve usar processos recreativos, principalmente através da interpretação da natureza. Ele define a interpretação como sendo: “uma atividade educativa, cujo propósito é dar a conhecer o significado dos recursos através de aspectos originais, por experiência direta ou por meios ilustrativos, ao invés do simples comunicar de sua significância ou importância”.

Hoje em dia, as áreas verdes, à medida que se tornam mais raras e pressionadas pela expansão das cidades, são consideradas de amplo valor, e no caso do Parque Natural Municipal do Taquaruçu merecem atenção especial, principalmente por ser este um dos únicos remanescentes característicos de Mata Atlântica de baixada na região. Muitas áreas protegidas do país estão restritas a pequenos fragmentos de grandes ecossistemas e, no entanto, seus objetivos e importância são na maioria das vezes desconhecidos, e por isso, acabam desvalorizadas. Por outro lado, áreas maiores e mais distantes dos centros urbanos apresentam um

significado maior em termos de biodiversidade e por isso, a conservação geralmente é garantida de forma mais eficiente.

No município de Campos dos Goytacazes, muitas áreas encontram-se em situação crítica de degradação, e a busca desenfreada pelo desenvolvimento econômico, aliada à expansão populacional, tem impedido que programas de preservação e manejo sustentável sejam efetivados em ecossistemas previamente já estudados, e que ainda têm chances de prosperar. Entre estes pode-se citar o PMNT, sendo caracterizado por espécies vegetais tanto de Mata Atlântica de encosta, como de Tabuleiro e de Restinga.

A existência de espaços nos quais a prática da Educação Ambiental se realize de forma satisfatória constitui-se num importante aliado no exercício da análise das questões ambientais. Neste contexto, o papel de áreas protegidas ou Unidades de Conservação é de grande relevância para a realização de práticas escolares, as quais podem não apenas buscar a integração entre práticas educativas e atividades que conduzam à melhoria da qualidade de vida, mas também inserir uma nova contextualização nos conceitos trabalhados rotineiramente nas escolas públicas.

Uma das ações indispensáveis após a criação de uma unidade de conservação é a realização do diagnóstico ambiental. Este estudo foi de fato realizado após a criação do PNMT, e de acordo com as recomendações do IGESA (2006), é necessário o desenvolvimento e a implantação do Plano de Manejo que inclua a recuperação das áreas internas da mata, a fiscalização à caça, controle da superpopulação de urubus (Figura 3) e desenvolvimento do plano de visitação escolar e turística.

Segundo o ex-secretário de meio ambiente, Sydnei Salgado, este inventário serve como ferramenta para o plano de manejo, que é o instrumento que irá consolidar as informações geradas no diagnóstico, disciplinando a utilização do parque. No entanto, dois anos após a apresentação do diagnóstico para a secretaria de Meio Ambiente, medidas para a implantação do Plano de Manejo não foram efetivadas.

Após um ano do decreto da lei de criação do PNMT, o objetivo da Secretaria do Meio Ambiente era reativar o projeto de agroflorestas para o funcionamento do parque. De acordo com o assessor técnico e biólogo Jorge Assumpção a intenção era envolver as 150 famílias do Assentamento Zumbi I, para posteriormente se estender até o núcleo Zumbi V, e algumas pessoas que ainda cultivam diferentes culturas em parte da área foram chamadas para conversar e entender a importância do parque. Além disso, também haverá possibilidade de aumentar a renda dos assentados, de modo que fiquem responsáveis pela manutenção de espécies plantadas na área como mudas de palmeiras, arueiras e cajás, poderão participar de ações preventivas ao desmatamento, comercializar produtos artesanais e agrícolas (<http://www.campos.rj.gov.br/noticia.php?id=5147>).

Segundo Sidney Salgado, o prefeito Alexandre Mocaiber, voltou da Alemanha entusiasmado, porque ele viu que lá, a opção de utilizar unidades de conservação como medidas importantes para a qualidade de vida das pessoas (<http://www.campos.rj.gov.br/noticia.php?id=8987>).

De acordo com o secretário de meio ambiente em exercício em 2006, Sydnei Salgado, “a Prefeitura de Campos estava trabalhando para que o parque cumprisse sua função de preservação de espécies e mais do que isso, para a educação da população”. Acrescentou ainda que dentro do parque, vai funcionar um Centro de Recuperação e Reintegração de Animais Silvestres, pois o centro é uma necessidade que a região tem há anos, já que a Secretaria de Meio Ambiente apreende animais que são soltos de cativeiros. Também é reconhecida a importância deste espaço, devido à BR-101 ser o eixo do tráfico destes animais, lembrando que o Centro de Triagem de Animais Silvestres mais próximo está em Seropédica, no Rio de Janeiro (<http://www.campos.rj.gov.br/noticia.php?id=8987>).

Além disso, o parque será dotado de um centro de vivências, trilhas suspensas, mirantes, borboletário, bromeliário e viveiros. Para a visitação, a população terá dias e horários definidos, e vai estar aberto para o público em geral, mas principalmente para as escolas, segundo Sydnei Salgado.

Segundo Sidney Salgado, a Secretaria já havia definido o projeto de instalação de equipamentos para proporcionar educação ambiental, turismo, lazer, informação e cultura para os visitantes, e no início de 2007, as obras do parque seriam iniciadas, com a construção de um portal, um centro de convivência, área de contemplação, guaritas entre outras.

De fato, no início de 2006 foi feita à limpeza da área, a colocação de cercas no entorno do parque. A construção da guarita (Figura 2) e portal do parque foram finalizadas no início de 2007, e segundo o ex-secretário de meio ambiente, Paulo Albernaz, assim que essas obras fossem finalizadas, poderiam então ser iniciadas às primeiras visitas acompanhadas com guias especializados. O próximo passo da Secretaria de Meio Ambiente é criar parcerias com universidades e instituições.



Figura 2 - Guarita do Parque Natural Municipal do Taquaruçu.



Figura 3 – Urubu-da-cabeça-preta (*Coragyps atratus*) no PNMT.

Durante o ano de 2007, não houve agendamento e as escolas não tiveram oportunidade de realizar práticas de educação ambiental no PNMT, no entanto, algumas aulas práticas foram realizadas por professores de cursos de pós-graduação que conhecem o parque (*com. pess.* Kristosch, 2007).

Segundo o biólogo Jorge Assumpção, a secretaria trabalha também para a criação de mais quatro Unidades de Conservação: Morro do Itaóca, Lagoa de Cima (REZENDE *et al.*, 2006), Mangue da Carapeba, e a Restinga do Xexé. Todas essas áreas são de grande importância ecológica para o município, além de preservar, podemos gerar divisas para as comunidades próximas, através de projetos que incentivam o turismo ecológico (<http://www.campos.rj.gov.br/noticia.php?id=12458>). É o que de fato, todos esperam, pois esses ecossistemas são únicos e representam os últimos refúgios de lagoas, manguezal e restinga do município.



Figura 4- Poça temporária na borda leste da Mata de Bom Jesus no PNMT.



Figura 5 - Canal do Taquaruçu na borda oeste do PNMT.

Abordagens a respeito da Educação Ambiental no município de Campos dos Goytacazes realizadas por profissionais da área

A reflexão histórica sobre o meio ambiente urbano foi ganhando destaque e, com a influência e pressão dos programas, recomendações e agendas acordados nos vários encontros, fóruns, conferências internacionais sobre o meio ambiente a partir dos anos 70, começaram a enxergar a necessidade de propostas de políticas para enfrentar os desafios ambientais urbanos.

Segundo DUARTE & ESPÍNOLA (2006), a partir da reflexão teórica sobre educação ambiental, sustentabilidade, ecossistemas, somada ao levantamento de projetos ambientais que obtiveram sucesso ao utilizarem ações de educação ambiental, pode-se considerar que é importante criar e manter estratégias de comunicação ambiental para sustentar o processo de mobilização social, de maneira que atuem como ferramentas da educação ambiental.

O que se pode observar não só em Campos dos Goytacazes é que, os projetos, atividades e os cursos propostos para alunos e professores das escolas municipais nem sempre foram (e a maioria deles ainda não são) elaborados e coordenados pela Secretaria Municipal de Educação (SME), e sim pelas secretarias ou órgãos responsáveis pelas questões ambientais da cidade, no caso a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA).

O fornecimento de informações aos cidadãos sobre atividades que possam alterar ou impactar significativamente o seu meio ambiente é um princípio que deve nortear a gestão ambiental, de forma a permitir a tomada de decisões e a promoção de ações visando à melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente (FURRIELA, 2002).

Em 1992, no Rio de Janeiro, foi promovida uma Conferência sobre o Meio Ambiente chamada Rio 92, na qual a questão central foi à problemática ambiental, como perspectiva de futuro para a humanidade, especialmente para a garantia da sustentabilidade dos recursos naturais como base do processo de desenvolvimento econômico e social. Neste encontro foi firmado um documento muito importante – Agenda 21. O capítulo 36 deste documento está relacionado com a promoção da educação, conscientização pública e treinamento, sendo um guia para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de uma política de educação ambiental.

A Agenda 21 orienta o desenvolvimento da educação ambiental, no sentido da constituição de grupos consultivos para coordenar as atividades educativas, incluindo a participação de grupos representativos de pessoas comprometidas com a questão ambiental e de ONG's de cunho ambientalista. O documento também recomenda às autoridades educacionais que utilizem a colaboração dos órgãos do governo da área ambiental e das entidades ambientalistas fora do governo para implantar programas de estágio ou reciclagem de professores, administradores e planejadores educacionais, bem como de educadores que se dedicam ao ensino não-formal, aproveitando a experiência de todas essas instituições (PHILIPPI Jr. & MAGLIO, 2005).

O município de Campos dos Goytacazes vem trabalhando com a questão da educação ambiental através da iniciativa de vários profissionais capacitados que têm uma visão mais ampla e correta sobre os problemas ambientais. E o trabalho desses profissionais, alguns inseridos diretamente no governo do município, na Secretaria de Meio Ambiente, vão se desenvolvendo.

Para demonstrar a participação e a preocupação desses profissionais que “vivem e respiram” Educação Ambiental, o presente estudo cita a abordagem de dois profissionais sobre como eles observam as práticas de Educação Ambiental em Campos dos Goytacazes.

No dia 07 de maio de 2008, Aristides Augusto Soffiati relatou a história do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza (CNFCN), um dos grandes aliados da E.A. em Campos:

O CNFCN foi fundado em 13 de dezembro de 1977 reconhecido como utilidade pública pela Lei Municipal nº 3538/79. É a ONG mais antiga em atividade no interior do estado do Rio de Janeiro. Esta desenvolve ações educativas transdisciplinares, sempre orientadas para o desenvolvimento da consciência sobre as questões ambientais e para a promoção de atividades, que levem a participação das comunidades, na preservação do patrimônio ambiental, histórico e cultural. Além de disseminar conhecimentos e desenvolver habilidades rumo ao desenvolvimento sustentável.

Em 1977, ainda não havia exploração efetiva de petróleo na Bacia de Campos. No mundo, as universidades discutiam muito pouco a questão ambiental. Já tinham acontecido alguns encontros internacionais manifestando uma certa preocupação com a questão ambiental, mais não era nada ainda tão sólido. Então, dentro desta conjuntura, o Centro Norte Fluminense foi o primeiro órgão ambiental não governamental do interior do Estado do Rio de Janeiro. Ele nasceu entre 1978/79, em pleno regime militar, do voluntarismo de algumas pessoas, ainda inexperientes, e Augusto Soffiati e seu irmão Aristides Soffiati foram uns dos fundadores. Segundo o relato de Augusto Soffiati, “antes pensávamos que simplesmente bastava apontar os erros cometidos pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), por exemplo, ao retificar os rios, ao tentar dessecar uma lagoa para atender aos interesses da agroindústria canavieira. Então, nós entramos no meio de umas questões complicadas. Outro exemplo foi o Parque Estadual do Desengano, que estava sendo dizimado por desmatamentos contínuos nos três municípios que o compõe (Campos, São Fidélis e Santa Maria Madalena) e nós conseguimos fazer “muito barulho” em relação a isso. O parque foi criado entre 1970 e 1977 serviu de inspiração para a criação da ONG. E só agora estava realmente sendo efetivado. A partir de 2007 a UC de proteção integral – manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais – está revendo o seu plano de manejo e estruturando o seu Conselho Gestor pela administração do Instituto Estadual de Florestas (IEF).”

A ONG tem várias atividades desde a Educação Ambiental, mas que não eram tão sistematizadas como as de hoje. Realizavam palestras, cursos, eventos diversos, mas um curso mais elaborado só a partir de 1996, juntamente com o Escritório do IBAMA de Campos e a UFF, com o apoio financeiro da Petrobrás em Macaé. Naquele momento os municípios eram muito carentes desse tipo de enfoque e a idéia era que cada professor multiplicasse na sua escola o que aprendeu.

Em 2004, o CNFCN promoveu um grande seminário em parceria com a Petrobrás, envolvendo 14 municípios: Presidente Kennedy, São Francisco do Itabapoana, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Casimiro de Abreu, Araruama e Saquarema, com objetivo de criar gestão unificada no controle dos ecossistemas destes municípios. Em 2006, o CNFCN desenvolveu mais uma vez esse projeto, em parceria com Petrobrás-UNRio/SMS.

O sucesso da elaboração de projetos em EA está ligado ao processo de licenciamento de Gás e Petróleo na Bacia de Campos. Ou seja, o IBAMA como órgão licenciador das atividades petrolíferas no Brasil, cumprindo a lei da Política Nacional da Educação Ambiental, passou a cobrar da Petrobrás a execução de projetos de Educação Ambiental, a fim de mitigar os impactos ambientais da extração de petróleo na região, ou seja, projetos de compensação ambiental. Então, o CNFCN foi terceirizado pela Petrobrás em caráter formal a partir de 2000 para executar os projetos de educação ambiental que são aprovados e fiscalizados pelo IBAMA.

Na verdade essa história toda começou quando no governo de Fernando Henrique Cardoso privatizaram a Petrobrás. Então como a Petrobrás era grande demais para ser vendida, como qualquer grande empresa petrolífera do mundo, ele criou as Unidades de Negócios no Rio de Janeiro, na Bacia de Campos, na Bahia e no Espírito Santo. Houve um clamor nacional contra a venda da Petrobrás mais uma vez, desde a década de 1950, mais as unidades de negócios permaneceram.

Os órgãos ambientais do SISNAMA, das três esferas de governo, municipal, estadual e federal, tais como as Secretarias de Meio Ambiente dos municípios, os órgãos estaduais (no Rio de Janeiro são: FEEMA, SERLA e IEF) e o IBAMA (órgão federal supletivo na Política Nacional do Meio Ambiente) não têm apoio político, são mal estruturados, justamente para atender aos interesses “politiqueiros” e econômicos ditos sustentáveis. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, atualmente “dá as cartas” da economia nacional, executando projetos que obtém o licenciamento ambiental sem efetivamente ouvir ou dar nenhuma satisfação à sociedade civil, impondo que os órgãos ambientais licenciem as atividades em prol de um desenvolvimento dito sustentável. Considere-se um retrocesso no processo de cumprimento das tão avançadas normas ambientais deste país.

Na verdade, infelizmente, tudo gira em torno da economia. E o governo age como se estivesse a favor do meio ambiente, utilizam os recursos naturais sempre com interesses econômicos e enganam a população através de campanhas ambientais na televisão. Os órgãos federais que são responsáveis e tem o compromisso de intervir no uso ilícito dos recursos naturais, ficam ao mesmo tempo coagidos, pois não podem interferir em alguns projetos do governo que vão trazer prejuízo ao ambiente. E a população na maioria das vezes, não é informada dos projetos ou não sabe dos problemas que podem ser ocasionados.

Um outro profissional ligado à área de Educação Ambiental em Campos dos Goytacazes é o professor do CEFET Hélio Gomes Filho. No dia 21 de maio de 2008, o professor Hélio contou um pouco das ações que vem realizando em Educação Ambiental.

De acordo com Hélio Gomes, ele e mais dois professores do CEFET criaram o Núcleo de Estudo Estratégico do Desenvolvimento, e a partir desse Núcleo começou-se a ter uma série de iniciativas. Organizaram dois livros, um deles por Aristides Soffiati, Arilton Motta, com o patrocínio da Caixa Econômica.

Assim como Hélio, outros professores começaram a aproveitar o espaço pedagógico e estrutural da escola com apoio da direção, para trabalharem a Educação Ambiental como estratégia de desenvolvimento sustentável. Então, criaram o curso de Pós-graduação em Educação Ambiental. Segundo Hélio, metade dos alunos que entravam obrigatoriamente tinham que comprovar que estavam licenciando, com o objetivo de intervir exatamente na estratégia de Educação Ambiental, mas todos formados seriam multiplicadores.

Todas as suas pesquisas são sobre Gestão Ambiental da Cidade, então sempre envolvem a questão ambiental e a democracia local. Realizou um projeto de extensão que visa a democratização do Plano Diretor, com recurso do CNPq, em Quissamã, onde foram elaborados e confeccionados dois jogos didáticos e um vídeo que serão utilizados para atuar na Educação Ambiental. O projeto conta com a colaboração de duas professoras e a participação de duas alunas do curso de Geografia.

O professor Hélio está identificando como funciona a democracia participativa em Campos. O desafio dele nesse momento é recontar a história do Conselho de Meio Ambiente. Segundo Hélio, “esse

Conselho é o *locus* privilegiado da discussão ambiental em Campos. Quem não está no Conselho pode até ter uma intervenção boa, mais é muito difícil dentro do Conselho não ter uma massa crítica que seja interessante.” Fazem parte Aristides Soffiati representando a UFF, Rosa Maria C. W. Costello Branco representando o IBAMA e os que mais precisam de educação ambiental, pois são considerados historicamente como “inimigos” do ambiente, os representantes dos produtores rurais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem-terra (MST), das indústrias, do sindicato da construção civil e outras representações jurídicas. O Conselho serve para identificar o que essas pessoas pensam sobre questões ambientais, como por exemplo, conservacionismo, preservacionismo, desenvolvimento sustentável, quem são os interlocutores, quais as ações profissionais sobre meio ambiente, e fazem uma auto-crítica e uma crítica aos interlocutores. Neste momento identifica-se como uma rede de E.A. informal, não é gerida, é espontânea, porque existem redes de E.A. organizadas, com estatutos, regimentos e gestão.

E a partir do Conselho Municipal de Meio Ambiente identifica-se quem são esses educadores e como é que o poder, principalmente na área ambiental se capilariza. Porque na verdade o Conselho é um órgão de assessoramento do poder Executivo Municipal. Precisa-se saber, se o Conselho interfere nas ações do Executivo, se o Executivo conversa com o Conselho e se o Conselho conversa com a população. Porque a função do Conselho é conversar com a população, ele tem que ser de confiança da população, tanto que é eleito pela mesma.

Segundo Hélio, o complicado da educação ambiental é educar os educadores ambientais. A questão ambiental não é simples e a educação ambiental é mais complicada ainda, porque tem que sensibilizar as pessoas para enxergar de uma forma complexa.

Durante o estudo pôde-se perceber que o município de Campos dos Goytacazes possui grandes projetos, nos quais participam profissionais capacitados e principalmente engajados em promover a educação ambiental. Todos esses projetos citados como multiplicadores são de grande importância, pois têm a finalidade de mobilizar a sociedade, principalmente as futuras gerações em prol da natureza, através das mudanças de comportamento, visando à proteção do meio ambiente. É de responsabilidade do governo envolver a população e de partilhar com ela as responsabilidades nos projetos da cidade e nas transformações do meio urbano, ao qual se associa o papel concedido aos administradores e gerenciadores municipais no desenvolvimento e resolução dos problemas da cidade.

Segundo a Lei Orgânica do Município de Campos dos Goytacazes, incumbe ao Governo Municipal, respeitando as orientações dos Governos Federal e Estadual, ou colaborando com eles e com a participação da sociedade, através de seus organismos representativos:

“Promover a educação ambiental formal e informal em todos os níveis existentes na rede de ensino, ministrando-a através de disciplina específica e das outras disciplinas, dos meios de comunicação social e de outros recursos.” (Campos dos Goytacazes, 1990, título V, art. 243, inciso XXIII)

Cabe salientar que vários os programas de educação ambiental em Campos dos Goytacazes foram executados em associações de moradores, em escolas das redes pública e particular de ensino, orientando-os sobre a preservação do meio ambiente, sobre a importância do plantio e cuidados com as árvores. Exemplo disso foi um trabalho realizado pela Secretaria de Meio Ambiente, envolvendo estudantes e comunidades existentes em torno de áreas de proteção, para a recuperação de áreas representativas de Mata Atlântica. Mas a realização de reuniões locais com associações de moradores dos bairros da cidade, dando a população à oportunidade de reivindicar solicitações na área de meio ambiente, na maioria das vezes, não ocorre. Da mesma forma, os eventos de educação ambiental realizados no município geralmente são realizados em datas comemorativas, e além disso, a programação é planejada próxima ao evento, inviabilizando assim que outras instituições municipais possam se envolver, bem como demais membros da população.

De acordo com RAMOS (2006), se partirmos do pressuposto de que a idéia de participação e de corresponsabilidade no planejamento urbano pressupõe a articulação de atores envolvidos em ações acordadas coletivamente na construção da cidade, o atendimento das suas necessidades deve ser também, uma tarefa que pressupõe a participação democrática de todos os seus cidadãos. As percepções das necessidades urbanas, dos problemas socioambientais não são discursos neutros, que se constituem a partir do simples desejo de algumas lideranças políticas. Sobretudo, quando a tarefa de “filtrar” e determinar a possibilidade e atendimento das reivindicações, supostamente acordada por todos, for delegada aos técnicos e aos administradores da cidade. A rigor, essa idéia de participação traz implícita a formulação de projetos com vistas a despertar o “engajamento”, a “mobilização” e a “identificação” dos habitantes com a sua cidade.

A análise realizada neste estudo revela a falta de participação da população do município, principalmente no que se refere às questões de criação e implementação do PNMT. Este parque apresenta todas as qualificações necessárias para a execução de práticas de educação ambiental, segundo o diagnóstico realizado pelo IGESA (2006), e no entanto, algumas escolas têm atuado em projetos de educação ambiental em seus próprios espaços escolares, por não ter conhecimento da existência do parque. O governo municipal, através da Secretaria de Meio Ambiente criou o projeto do parque, executou as obras como a construção de um portal, guaritas, mas não divulgou e não elaborou um programa condizente com a efetivação de práticas na área do parque. E a população, em que momento foi consultada em relação a essas obras? Será que é o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo que tem o papel de promover a integração entre a sociedade e o Poder Público Municipal?

Segundo a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC):

“a criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitem identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento. No processo de consulta, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas.” (Brasil, 2000, art.22, § 2º e 3º).

Tentar entender e compreender os trabalhos e projetos relacionados ao meio ambiente no município de Campos dos Goytacazes é um pouco complicado em função do momento político que o município vive. Com a desordem financeira que o mesmo se encontra, não se sabe como são aplicadas as verbas nos projetos de educação ambiental. Os projetos são realizados durante um determinado tempo, a prefeitura cumpre o que está na lei de responsabilidade fiscal através de audiência pública para discutir o orçamento dos projetos ambientais, mas posteriormente, durante a execução, não há transparência dos investimentos aplicados, e como consequência, os projetos não são concluídos.

Em suma, Campos dos Goytacazes apresenta uma estrutura administrativa, uma secretaria voltada ao cuidado com o ambiente, programas de educação ambiental, bom número de áreas verdes para lazer, uma boa legislação ambiental, mas precisa que o governo municipal atue de uma forma mais engajada, tendo um compromisso realmente sério com as questões ambientais, aplicando devidamente os recursos disponíveis e específicos em projetos efetivos de sustentabilidade.

Conclusão

Durante todos os anos, desde a criação do PNMT, em 2004 até a data atual, percebe-se que muito pouco foi efetivado de acordo com o estabelecido pelas leis, federal e municipal, no referente à criação e implantação de uma unidade de conservação. Vários secretários já atuaram neste período, mas projetos destinados à educação ambiental, elaboração do Plano de Manejo e convocação dos moradores do entorno do parque para discutir os problemas relacionados com soluções e desenvolvimento sustentável ainda não foram efetivados. Na mesma situação encontram-se a APA da Lagoa de Cima, que desde a sua criação em 1995, não possui Plano Diretor nem Plano de Manejo, entretanto, em 2006, a UENF elaborou o “Diagnóstico Ambiental da Área de Proteção Ambiental da Lagoa de Cima” sugerindo medidas urgentes de proteção.

As atividades de educação ambiental, resumidamente estão sendo realizadas por instituições de ensino, buscando aquisição de conhecimentos que sirvam de base para a implementação de ações mais emergenciais identificadas pela comunidade. Adicional a essas, algumas escolas têm atuado em projetos de educação ambiental em seus próprios espaços escolares, e a maioria realiza nestas áreas, por não ter conhecimento de áreas verdes naturais no município, tais como áreas de restinga, de mangue, e de floresta de baixada, existentes no município. Desse modo, a educação ambiental se restringe às disciplinas na área de Ciências e Biologia, ficando as demais disciplinas fora do contexto esperado, distante do modelo transdisciplinar almejado.

Enquanto de fato, ações efetivas que envolvam as comunidades do entorno das unidades de conservação, os educadores municipais e os poderes municipais, a educação ambiental no município continuará fragmentada e dissociada do seu objetivo principal, que visa atender às necessidades da coletividade, ao mesmo tempo que permite a preservação dos recursos naturais.

A partir do momento que a secretaria de Meio Ambiente implantar o centro de vivência e elaborar um programa de educação ambiental voltado para as escolas e comunidade em geral, o PNMT, muito poderá contribuir para a melhoria na qualidade de vida, através de seu espaço natural. A falta de continuidade dos trabalhos de mapeamento do patrimônio histórico e ambiental iniciados pelo projeto ECOCIDADANIA

(1999) da Secretaria de Educação promoveu a desintegração daquela secretaria com a Secretaria de Meio Ambiente, secretarias estas que poderiam estar atuando como parceiras neste momento crítico que o município se encontra, visando principalmente a educação.

Diante das críticas colocadas por profissionais que trabalham com a Educação Ambiental em Campos dos Goytacazes e segundo a Legislação sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, será que o município de Campos dos Goytacazes está cumprindo as leis, e desempenhando o papel formal e informal da EA? Fica aí uma reflexão e a busca de soluções para os problemas apresentados.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, L. F. R., BICUDO, L. R. H., BORGES, G. L. A. *Educação ambiental em praças públicas: professores e alunos descobrindo o ambiente urbano*. Revista Ciência em Extensão, v.1, n.1, p.91-100, 2004.

BRASIL. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza*. Constituição Federal do Brasil. Brasília, DF: Senado, 2000.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. *Lei Orgânica do Município de Campos dos Goytacazes*. Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes – RJ, 1990.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. *Plano Diretor do Município de Campos dos Goytacazes*. Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes – RJ, 2007.

CARVALHO, I. C. M. *A invenção do sujeito ecológico: sentidos e trajetórias em Educação Ambiental*. Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre, 2001.

COSTA, N. M. C., COSTA, V. C. *Educação Ambiental pelo Ecoturismo, em Unidades de Conservação: uma proposta efetiva para o Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) – RJ*. Papel Virtual Editora, Rio de Janeiro, p. 39-65, 2005.

DUARTE, F., ESPINOLA, B. *Comunicação e Educação Ambiental: Estudo de caso em Curitiba*. Comunicação e Espaço Público, Ano IX, n. 1 e 2, 2006.

FURRIELA, R. *Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2002.

IGESA. *Diagnóstico Ambiental do Parque Municipal do Taquaruçu*. Campos dos Goytacazes, 2006.

JACOBI, P. R. *Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo*. Educação e Pesquisa, v. 31, n. 2, p. 233-250, 2005.

LAYRARGUES, P. P. *A resolução de problemas ambientais*. In: Reigota, M. Verde Cotidiano: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DPEA, p.131-148, 1999.

LOPES, G. P. *Educação ambiental e as trilhas interpretativas da natureza*. Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos. São João da Boa Vista, São Paulo, 2004.

PHILIPPI, Jr. A., MAGLIO, I. C. *Política e Gestão Ambiental: Conceitos e Instrumentos*. In: Educação Ambiental e Sustentabilidade. Manole: São Paulo, 878 p, 2005.

RAMOS, E.C. *A abordagem naturalista na educação ambiental. Uma análise dos projetos ambientais de educação em Curitiba*. Dissertação (Pós-graduação interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado – Centro de Filosofia e Ciências Humanas), Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, 2006.

REZENDE, C. E., et al. *Diagnóstico Ambiental da Área de Proteção Ambiental Lagoa de Cima*. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (CBB-LCA), 148 p, 2006.

WEBGRAFIA:

Disponível em: www.uenf.br, acessado em 22 de maio de 2008.

Disponível em: www.igesa.org.br, acessado em 23 de maio 2008.

Atualizado por Monitor Campista em 28/07/2005. Disponível em: <http://www.campos.rj.gov.br/noticia.php?id=5147>. Acessado dia 23 de abril de 2008.

Prefeitura promove educação ambiental. Atualizado por em 28/10/200.

Disponível em: <http://www.campos.rj.gov.br/noticia.php?id=549>. Acessado dia 24 de abril de 2008.

SIMONE BARRETO. Atualizado por Paulo Thomaz em 01/04/2008 – 18:19. Parceria vai levar educação ambiental às escolas. Disponível em: <http://www.campos.rj.gov.br/noticia.php?id=14009>. Acessado em 24 de abril de 2008.

SIMONE BARRETO. Atualizado por Paulo Thomaz em 27/11/2006 - 18:15. Prefeito conhece maquete do parque Taquaruçu. Disponível em: <http://www.campos.rj.gov.br/noticia.php?id=8987>. Acessado dia 25 de abril de 2008.

JÔ SIQUEIRA. Atualizado por Paulo Thomaz em 07/10/2007 - 10:24. Parque Taquaruçu próximo de se tornar realidade. Disponível em: <http://www.campos.rj.gov.br/noticia.php?id=12458>. Acessado dia 25 de abril de 2008.